

Ex-alunos são indenizados por universidade mineira

Educaçāo

JORNAL DO BRASIL

TEODOMIRO BRAGA

BELO HORIZONTE - A Universidade de Uberaba (Uniube) foi condenada a indenizar ex-alunos impedidos de exercer profissão porque o curso pelo qual se formaram não estava reconhecido pelo Ministério da Educação. (MEC). Cinco ex-alunos formados em 1994 em arquitetura e oito em engenharia elétrica receberão indenização de R\$ 720 por mês (seis salários mínimos) desde a data em que se formaram até o reconhecimento dos cursos, só ocorrido em outubro de 1996.

As sentenças foram dadas em dois recursos julgados pelo Tribunal de Alçada de Minas Gerais e são as primeiras de uma série de ações judiciais contra a universidade que chegaram ao tribunal. O valor da indenização tem por base a quantia mínima recebida pelo profissional de área e visa reparar o prejuízo so-

frido pelo cerceamento do direito do exercício da profissão, segundo os juízes do tribunal.

Entre as 70 pessoas que recorreram à Justiça estão ex-alunos de turmas formadas em cursos ainda não reconhecidos pelo MEC. Única universidade de Uberaba e uma das maiores da região, com 6 mil alunos, a Uniube foi criada pelo escritor Mário Palmério, falecido no ano passado. Desde o início do ano vem sendo dirigida pelo filho do escritor, Marcelo.

Os processos contra a Uniube são os primeiros no gênero no país e obrigaram a universidade a buscar o reconhecimento dos cursos. A Uniube alegou, em sua defesa, que a iniciativa do reconhecimento caberia ao MEC. "A universidade tem autonomia para criar cursos mas é obrigada, pela Lei de Diretrizes e Bases, a providenciar o seu reconhecimento pelo MEC", disse o advogado Wilson Abadio Fontoura, de

Uberaba, que coordena as ações impetradas pelos ex-alunos.

Um dos cursos que formaram alunos sem ter o reconhecimento oficial já foi extinto. Após diligências de seus fiscais na universidade, o MEC desautorizou em 1996 o funcionamento do curso de pedagogia, por não atender as exigências do ministério. Uma turma já tinha se formado quanto o curso foi extinto, após quatro anos de funcionamento. O curso de engenharia agrícola entrou com o pedido de reconhecimento mas ainda não obteve a aprovação do MEC, embora já tenha formado alunos.

Formado em arquitetura, Ericson Oliveira Fonseca conta na ação que chegou ao Tribunal de Alçada que perdeu farta de emprego de R\$ 1.200 por mês, feita pelo engenheiro sanitário Walmir de Almeira Januário, por não ter registro no conselho de classe.